



Para acessá-la, o usuário deve solicitar cópia dos artigos pelo [Portal de serviços administrativos do TCU](#), na opção “Pesquisa bibliográfica”.

Direito Ambiental e Urbanístico

Doutrina

[As Políticas de Moradia para a População em Situação de Rua: o Caso do Município de Belo Horizonte](#)

Sílvia Tibo Barbosa Lima e Daniel Gaio

[O Caso Lhaka Honhat Perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos: Promovendo o Direito à Água em Tempos de Pandemia](#)

Gabriela C. B. Navarro e Mariela Antonazzi Morales

[Animais Usados para Alimentação e Sofrimento "Necessário". Reflexões sobre Novos Paradigmas para os Animais como Alimento](#)

Ivanira Pancheri e Roberto Campos

[Território Desjudicializado: o Cartório de Protesto como Instrumento de Solução de Conflitos na Comarca de Açucena/MG](#)

Danielle Moreira Mehlinger e Alexandre Pimenta Batista Pereira

[Direito de Propriedade e Função Socioambiental - Análise da Reurb Frente à Justiça Climática](#)

Martiane Jaques La Flor e Giovani Orso Borile

[A Obrigação Propter Rem e a Responsabilidade Civil no Direito Ambiental](#)

Maria Regina Damaceno e Adriana Martins Silva

[Desapropriação Judicial - uma Análise dos §§ 4º e 5º do Art. 1.228 do Novo Código Civil](#)

Sérgio Silva Castanheira e Talyta Carla de Carvalho Moreira

[A Tutela do Meio Ambiente sob a Ótica da Análise Econômica do Direito](#)

Carlos Antonio Matos da Silva

Caderno de Direito do Patrimônio Cultural

[A Importância da Lei nº 6.938/81 no Combate à Poluição Visual de Bens Integrantes do Patrimônio Cultural](#)

Marcos Paulo de Souza Miranda

Jurisprudência

Supremo Tribunal Federal - Área de Preservação Permanente. Federalismo. Competência Legislativa Concorrente. Flexibilização de Ocupação Antrópica em APPs por Meio de Legislação Estadual. Inadmissibilidade. Invasão de Competência da União. Tema Regulado de Forma Exauriente por Legislação Federal. Inconstitucionalidade Formal. Procedência do Pedido
Rel. Min. Ricardo Lewandowski

Tribunal de Justiça de Minas Gerais - Ação Civil Pública. Proteção do Patrimônio Público Histórico e Cultural. Município de Manga. Casarão "Maria Pereira". Imóvel Protegido por Inventário. Instrumento Eficaz para Resguardar o Bem de Valor Histórico e Cultural. Recurso Provido
Rel. Des. Wander Marotta